

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG

AMANDA BARBOSA CABRAL

**A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: ESTUDO DE CASO COM OS DOCENTES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**VARGINHA - MG
2023**

AMANDA BARBOSA CABRAL

**A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: ESTUDO DE CASO COM OS DOCENTES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

Trabalho de conclusão do Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Ms. Ricardo Carvalho da Silva

VARGINHA - MG

2023

RESUMO

Existe uma importância histórica e um aprimoramento da Previdência durante o tempo, e no Brasil ela passou e ainda passa por diversas mudanças e grande estruturação. Dentre os diversos modelos de Previdência, existe a Previdência Complementar (PC), que é facultativa e vem para complementar os benefícios da Previdência Social, que é compulsória. Por ser facultativa, os motivos que levam as pessoas a aderirem podem variar, como o conhecimento sobre o tema, renda, idade, segurança no emprego e expectativas de vida. A classe trabalhadora foco deste trabalho (os professores universitários federais) é promissora financeiramente, e possui algumas das características para a adesão à previdência complementar, como conhecimento, renda e a estabilidade no emprego. Assim, este trabalho teve o objetivo de investigar as percepções dos docentes da UNIFAL-MG quanto à Previdência Complementar. Utilizando de um método misto, aplicando um questionário, foi possível identificar as percepções de 116 professores da instituição. Os resultados da pesquisa mostraram relação do perfil dos respondentes com o perfil observado pela literatura e que as percepções dos professores da UNIFAL-MG são favoráveis à PC. Os resultados fazem sentido com a teoria estudada, principalmente quanto ao perfil dos respondentes e quanto às influências positivas para a adesão a PC de nível de conhecimento e de renda. Por fim, considerando as limitações, o estudo não adotou análises estatísticas mais elaboradas, com auxílio de softwares, além da falta de uma aplicação de perfil de investidor com os respondentes que ajudaria na compreensão de algumas percepções, desconfiâncias e ambiguidades. Por isso, recomenda-se outros estudos que considerem análises estatísticas robustas e o incremento de um perfil de investidor aos participantes.

Palavras-chave: Perfil de professores universitários; Fatores de adesão à Previdência Complementar; Universidade Federal de Alfenas.

ABSTRACT

There is a historical importance and an improvement of Welfare during the time, and in Brazil it has gone through and still goes through several changes and great structuring. Among the various Social Security models there is the Complementary Social Security (CSS), which is optional and comes to complement the Social Security benefits, which is compulsory. Since it is optional, the reasons that lead people to join can vary, such as knowledge about the topic, income, age, job security, and life expectations. The working class that is the focus of this work (federal university professors) is financially promising, and possesses some of the characteristics for joining the complementary pension plan, such as knowledge, income, and job security. Thus, this work had the objective of investigating the perceptions of UNIFAL-MG professors regarding the Complementary Social Security. Using a mixed method, applying a questionnaire, it was possible to identify the perceptions of 116 professors of the institution. The results of the research showed relation of the respondents' profile with the profile observed by the literature and that the perceptions of UNIFAL-MG professors are favorable to the CSS. The results make sense with the theory studied, especially regarding the profile of respondents and the positive influences for adherence to CSS of level of knowledge and income. Finally, considering the limitations, the study did not adopt more elaborate statistical analyses with the aid of software, in addition to the lack of an investor profile application with the respondents that would help in understanding some perceptions, misgivings, and ambiguities. Therefore, further studies that consider robust statistical analyses and the increment of an investor profile to the participants are recommended.

Keywords: Profile of university professors; Factors of adhesion to the complementary pension plan; Universidade Federal de Alfenas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmide etária Brasileira.....	14
Figura 2 - Resumo das etapas.....	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da amostra por gênero...	21
Gráfico 2 - Distribuição da amostra de faixa etária...	22
Gráfico 3 - Distribuição da amostra por estado civil...	23
Gráfico 4 - Distribuição da amostra se possui dependentes ou não...	24
Gráfico 5 - Distribuição da amostra dos níveis educacionais que os docentes lecionam...	24
Gráfico 6 - Distribuição da amostra das áreas educacionais que os docentes lecionam...	25
Gráfico 7 - Distribuição da amostra sobre a renda mensal...	26
Gráfico 8 - Satisfação com o Regime Geral de Previdência.	27
Gráfico 9 - Investimentos a Longo Prazo Além da Previdência Social.	27
Gráfico 10 - Conhecimento sobre a Previdência Complementar	28
Gráfico 11 - Adesão a Previdência Complementar...	29
Gráfico 12 - Contribuição à Previdência Complementar...	29
Gráfico 13 - Aspectos que despertaram atenção a um plano de previdência complementar ..	30
Gráfico 14 - Aquisição da previdência complementar ao analisar o atual momento da previdência social...	31
Gráfico 15 - Motivos pelo desinteresse por uma Previdência Complementar...	32
Gráfico 16 - Previdência Complementar como Investimento viável.	32
Gráfico 17 - Recomendação a Previdência Complementar	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre os modelos de previdência... ..	15
Quadro 2 - Diferenças entre EAPC e EFPC... ..	16
Quadro 3 - Categorias de professores universitários federais... ..	19

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
EAPC	ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
EFPC	ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
FUNPRESP	FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO
INPS	INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSS	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
IR	IMPOSTO DE RENDA
PC	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
PGBL	PLANO GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE
RGPS	REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
SUSEP	SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
VGBL	VIDA GERADOR DE BENEFÍCIO LIVRE

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	10
2 – REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 PREVIDÊNCIA: HISTÓRIA, LEGISLAÇÃO E ATUALIDADE	13
2.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL E COMPLEMENTAR	15
2.3 DETERMINANTES NA ADESÃO À PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	17
2.4 CARREIRA DOCENTE UNIVERSITÁRIA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	17
3 – METODOLOGIA	19
4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE A	41

1 INTRODUÇÃO

A previdência é um sistema que objetiva a garantia de um seguro social de quem contribui, considerando questões como aposentadoria, invalidez e morte (BLUME; CEOLIN, 2018). Seu surgimento é datado desde o início de 1800, com práticas confusas e cheias de parcialidades nas implementações de previdência, englobando aos poucos as diferentes classes trabalhadoras. O surgimento oficial vem do início do século XX com as primeiras caixas de aposentadorias e pensões para os trabalhadores de ferrovias e estatais, decretadas pela lei Eloy Chaves (SANTANA *et al.*, 2022). Em 1990, foi criado a partir do Decreto nº 99.350 pelo ex-presidente Fernando Collor o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo o atual instituto do país (SARMENTO; CORTIZO, 2015).

A previdência é importante para a segurança e manutenção da integridade dos trabalhadores, cobrindo questões como aposentadoria por idade ou tempo de contribuição, pensão por morte, auxílio-doença e etc (SARMENTO; CORTIZO, 2015). Os diversos tipos de regime previdenciário, como o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e as previdências complementares existem para garantir os direitos a todas as classes trabalhadoras do país, públicas e privadas.

A reforma previdenciária feita em 2019 pela Emenda Constitucional nº 103 de 13/11/2019 alterou alguns fatores como a adição do fator idade junto ao tempo de contribuição, alterou a forma de contribuição que agora é aplicada de maneira proporcional ao ganho do trabalhador, além de alterações quanto à aposentadoria de professores.

Devido ao fato de a previdência complementar ser facultativa, sua adesão, ou não adesão precisa de motivação pessoal. Alguns dos motivos para se aderir ou não aderir podem ser o conhecimento sobre o tema (ou a falta desse conhecimento), renda, idade, segurança no emprego e expectativas de vida (MARCONI, 1997; PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014; SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016; COSTANZI *et al.*, 2017, NETO, 2017). Dados apontam que o patrimônio dos Regimes de Previdência Complementar no 1º trimestre de 2023 atingiu R\$ 2,50 trilhões, ou seja, 25% do PIB do Brasil, sendo este, um aumento de quase 10% em relação ao ano anterior (FENAPREVI, 2023).

Os estudos mostram que a classe de professores universitários é promissora financeiramente, e possuem algumas das características para a adesão à previdência complementar, como conhecimento e renda, e no caso de professores federais concursados

(foco deste trabalho), a estabilidade no emprego (LONGO, 2020; BASTOS, 2022; INDEED, 2023).

Assim, o objetivo deste trabalho é investigar as percepções dos docentes da UNIFAL-MG quanto à Previdência Complementar. Especificamente, a pesquisa faz um levantamento das percepções desses docentes, caracteriza os perfis e faz relações com o aporte teórico estudado.

O estudo tem relevância considerando que o tema previdência está em alta devido às reformas vistas nos últimos anos, além do momento de transição demográfica que vive o país com o envelhecimento da população, baixas no número de contribuintes ativos junto ao aumento da demanda por benefícios previdenciários (TAFNER, 2012; MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, 2021).

O texto está organizado em cinco seções, sendo a primeira a introdução, a segunda seção os conceitos e fundamentos da previdência. A terceira seção trata da metodologia, a quarta seção os resultados e discussões e por último, são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PREVIDÊNCIA: HISTÓRIA, LEGISLAÇÃO E ATUALIDADE

A previdência é um sistema que objetiva a garantia de um seguro social de quem contribui, considerando questões como aposentadoria, invalidez e morte (BLUME; CEOLIN, 2018). A contribuição é feita com os pagamentos mensais do seguro social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Seu surgimento é datado desde o início de 1800, com práticas confusas e cheias de parcialidades nas implementações de previdência, englobando aos poucos as diferentes classes trabalhadoras. Santana *et al.* (2022) dizem que o cenário conturbado da previdência durou décadas, até o ano de 1923 com a estabilização do sistema previdenciário como conhecemos hoje. O surgimento oficial vem do início do século XX com as primeiras caixas de aposentadorias e pensões para os trabalhadores de ferrovias e estatais, decretadas pela lei Eloy Chaves (SANTANA *et al.*, 2022).

No ano de 1960, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que atuou como unificador dos outros regimes de previdência existentes no país, mas apenas com a constituição de 1988 que o direito previdenciário foi universalizado para todos os cidadãos (SANTANA *et al.*, 2022). Em 1990, foi criado a partir do Decreto nº 99.350 pelo ex-presidente Fernando Collor o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), substituindo o INPS, sendo o atual instituto do país (SARMENTO; CORTIZO, 2015).

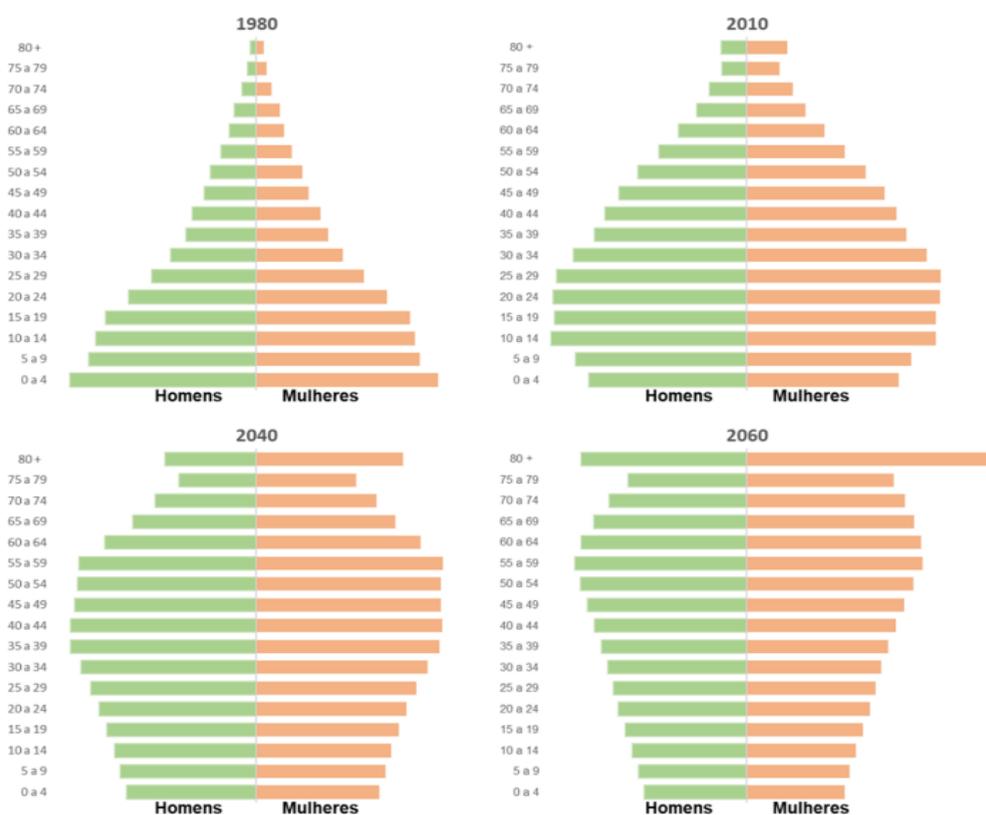
O sistema de previdência possui algumas modalidades e estruturas, como o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O RGPS é o principal sistema previdenciário do país, gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Todos os trabalhadores com carteira assinada, trabalhadores avulsos, domésticos, autônomos, empresários individuais são contribuintes obrigatórios do RGPS. O RGPS oferece a aposentadoria por idade ou tempo de contribuição, pensão por morte, auxílio-doença etc. (SARMENTO; CORTIZO, 2015). Em relação ao RPPS (lei nº 9.717 de 27/11/1998), se trata de um regime previdenciário semelhante ao RGPS, porém único para servidores públicos, gerenciado pelos órgãos ou às entidades empregadoras, dividido entre o regime da União, estados e municípios (BOGONI; FERNANDES, 2011).

Desde 2019, existem novas regras previdenciárias com a reforma promovida naquele ano. A Emenda Constitucional nº 103 de 13/11/2019 alterou alguns fatores como a adição do fator idade junto ao tempo de contribuição, alterou a forma de contribuição que agora é aplicada de maneira proporcional ao ganho do trabalhador, além de alterações quanto à

aposentadoria de professores que “poderão aposentar após 25 anos de contribuição, exclusivamente, em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio. Para as mulheres, é exigida a idade de 57 anos e para os homens, de 60 anos” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, 2021, p. 14). Além disso, a reforma criou um sistema de previdência complementar para os servidores públicos, que passaram a contribuir para um fundo de pensão em vez de receber aposentadorias integrais pelo regime próprio (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2020).

Atualmente, a previdência social enfrenta desafios demográficos como o envelhecimento da população, baixas no número de contribuintes ativos junto ao aumento da demanda por benefícios previdenciários (TAFNER, 2012; MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, 2021). As reformas do sistema previdenciário brasileiro têm tentado sanar esses dilemas e de certa forma conseguido, atingindo, por um lado, uma economia considerável (R\$ 156,1 bilhões), mas por outro lado, a decepção de muitos brasileiros com o aumento no tempo mínimo de trabalho (BOLZANI, 2022). A Figura 1 apresenta a transição demográfica que o Brasil enfrenta desde 1980, assim como uma projeção para 2060, sendo este desafio demográfico, um fator relevante para a previdência.

Figura 1 - Pirâmide etária brasileira - 1980-2060



Fonte: Silva (2023).

Diante dessas questões, tem crescido o interesse por complementos de renda e outras formas de seguridade. Uma das mais utilizadas é a Previdência Complementar, que tem se mostrado crescente no país (MONITOR DIGITAL, 2018; FENAPREVI, 2023).

2.2 PREVIDÊNCIA SOCIAL E COMPLEMENTAR

A previdência complementar (PC) é um sistema que oferece planos de aposentadoria privados, não geridos pelo governo, para complementar a renda vinda da previdência social (FEBRABAN, 2015). Dentro da previdência privada, existem as entidades abertas de previdência complementar (EAPC) ou entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), que podem ser patrocinadas por empresas ou por associações de classe. Existem algumas diferenças entre os dois tipos de previdência, como forma de gerência, obrigatoriedade, tipos de benefícios, preços. Segue o Quadro 1 com algumas diferenças entre os modelos:

Quadro 1 - diferenças entre os modelos de previdência

Categoria	Previdência Social	Previdência Privada
Gerência	Governo	Empresas ou entidades privadas
Contribuição	Obrigatória	Voluntária
Benefícios	Teto estipulado	Sem teto
Regime	RGPS ou RPPS	EAPC ou EFPC
Risco	Rateio entre os segurados	Individual
Rentabilidade	Limitada por lei	Possível de ser maior
Tributação	Progressiva	Progressiva ou regressiva

Fonte: Onze (2020) e Reis (2021).

Os regimes EAPC e EFPC, as EAPCs são empresas particulares guiadas pela Lei Complementar nº 109/2001 (CARDOSO, 2022) que vendem planos de previdência de forma individual ou coletiva para outras empresas ou pessoas físicas. Castro e Lazzari (2006, p. 135) diz que:

São instituições financeiras que exploram economicamente o ramo de infortúnios do trabalho, cujo objetivo é a instituição e a operação de planos

de benefícios de caráter previdenciário em forma de renda continuada ou pagamento único, constituídas unicamente sob a forma de sociedade anônimas, podendo as seguradoras que atuem exclusivamente no ramo de seguro de vida virem a ser autorizadas operar também planos de previdência complementar.

Já as EFPCs são pessoas jurídicas sem fins lucrativos. Martins (2006, p. 460) diz que as EFPCs “são as entidades fechadas chamadas de fundos de pensões, por serem acessíveis apenas a determinadas pessoas. Geralmente, dizem respeito a empregados de uma empresa ou grupo de empresas. Exemplos: Petros (Petrobrás), Previ (Banco do Brasil), Cetrus (Banco Central) etc.” As EAPCs são regulamentadas pela SUSEP, e as EFPCs pela Previc. A gestão dos recursos das EAPCs envolve investimentos financeiros, e as EFPCs gerenciam internamente seus recursos. Um detalhe importante sobre a EFPC é que por ser gerida pela própria empresa do trabalhador, a empresa arca junto com as contribuições do trabalhador. Borja (2009, p. 64) comenta que “a empresa empregadora também faz contribuições em nome do empregado”. Para exemplificar melhor as diferenças entre as duas modalidades, o Quadro 2 traz uma separação mais adequada entre EAPC e EFPC

Quadro 2 - diferenças entre EAPC e EFPC

	EAPC	EFPC
Regulamentação	SUSEP (Superintendência de Seguros Privados)	Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar)
Tipo de Plano	Plano Individual ou Coletivo	Plano Coletivo
Contribuição	Voluntária	Voluntária ou Patrocinada
Objetivo	Complementar a Previdência Social	Complementar a Previdência Social e/ou Oferecer benefícios aos empregados das empresas patrocinadoras
Beneficiários	Qualquer pessoa física ou jurídica	Funcionários e familiares das empresas patrocinadoras
Gestão dos recursos	Administrado pelas EAPCs	Administrado pelas próprias EFPCs
Rentabilidade	Depende do desempenho dos investimentos financeiros	Depende do desempenho da gestão dos recursos pela EFPC
Fiscalização	Pela SUSEP	Pela Previc
Liquidação	Em caso de insolvência, as reservas individuais são garantidas pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	Em caso de insolvência, as reservas são revertidas em benefícios para os participantes do plano
Saída do Plano	Possibilidade de portabilidade e resgate	Possibilidade de portabilidade e/ou benefício proporcional diferido

Fonte: Castro e Lazzari (2006), Martins (2006) e Moric (2023)

Existem também os planos de previdência privada oferecidos por empresas financeiras, classificados em Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). O VGBL é indicado para quem tem uma alíquota de imposto de renda mais baixa ou atua no modo regressivo de tributação. Esse modo diminui a alíquota do imposto ao longo do tempo de acordo com o prazo de permanência no plano. O VGBL também não tem deduções na declaração de Imposto de Renda (IR) (BRASILPREV, 2022). O PGBL é mais indicado para quem faz declaração completa do IR e possui deduções com limite de 12% da renda bruta tributável do ano. Nesse modelo, o imposto só é cobrado quando o benefício é recebido. Em todo caso, a tributação recai sobre o valor inteiro do benefício, incluindo as contribuições (BRASILPREV, 2022).

Assim como existem diversas modalidades de PC, também existem diversos motivos que poderiam levar as pessoas a aderirem a PC, como capacidade contributiva e conhecimento sobre o assunto.

2.3 DETERMINANTES NA ADESÃO À PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Podem existir vários fatores que influenciam uma pessoa a adquirir um plano de previdência complementar. Estudos mostram que a falta de conhecimento é um fator influente quanto à não adesão de PC (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014). As pessoas podem não entender os detalhes e questões envolvidas e se sentem receosas para aderir (SILVA, 2015; CONRAD, 2015 apud OLIVEIRA, 2016; CASTRO, 2015 apud OLIVEIRA, 2016).

A renda das pessoas também pode ser um fator importante (SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016). As pessoas com rendas mais altas podem contribuir mais para o plano e demonstrar mais disposição para a adoção dessa previdência. Costanzi *et al.* (2017, p. 10) falam que “é esperado que o incremento nos rendimentos dos trabalhadores no mercado laboral, principalmente quando associado à capacitação em educação financeira e previdenciária, também possam atuar como importante fator de estímulo à previdência complementar no país.”

Outro fator relevante é a idade das pessoas (SILVA, 2015). Quanto mais cedo as pessoas adquirem um plano de previdência complementar, mais tempo terão para acumular economias. Os dados encontrados por Costanzi *et al.* (2017) se relacionam com esta

afirmativa. Quase 40% das pessoas que possuem previdência privada são contribuintes entre 20 e 39 anos.

A questão de se sentir seguro no emprego também pode ser um fator importante. As pessoas que se sentem menos seguras em seus empregos podem estar menos dispostas a comprometer seus recursos para um plano de longo prazo. Marconi (1997) diz que existe menor rotatividade em empregos dentro da administração pública, o que significa mais estabilidade. Essa estabilidade pode contribuir para que os servidores públicos sejam mais propensos a adquirir uma previdência privada.

Por fim, expectativas pessoais também podem contribuir para a adesão a planos previdenciários (NETO, 2017). Pessoas que se sentem inseguras quanto ao futuro podem aderir à previdência privada, visando a antecipação de problemas financeiros. Esta questão esbarra no fator renda, já que se por um lado, quem tem mais renda tem mais condições de contribuir, por outro lado, talvez quem possui menos renda pode também aderir a planos para compensar no futuro possíveis dificuldades. Esse dilema também esbarra no fator conhecimento, que está diretamente ligado à educação financeira (MELLO, 2021).

Considerando tais fatores, existem profissões que podem estar mais inclinadas a aderirem uma PC, como profissões que recebem bons salários e que possuam estabilidade. A carreira de professor universitário, principalmente os federais (foco deste trabalho), se enquadra em algumas das características.

2.4 CARREIRA DOCENTE UNIVERSITÁRIA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A carreira de professor é considerada na sociedade uma opção honrosa e essencial para as pessoas, sendo indispensável para a manutenção de uma sociedade (UNYLEYA, 2021). Barros, Marinei e Reali (2020) colocam o ato de ensinar como algo que exige certas habilidades e conhecimentos, que se misturam e se completam em saberes teóricos e práticos. Gonçalves (2016) diz que ser professor é o tipo de profissão que não faz separação entre a pessoa por trás do profissional, e este profissional carrega para o cotidiano do trabalho suas crenças, valores e peculiaridades.

Em relação à categoria de professor universitário, existe uma crescente no ramo, com aumento do número de faculdades e de professores (TUMELERO, 2018). Dados de 2021 apontam que existem 171.840 professores atuantes no ensino superior público e 151.868 no ensino privado (BRASIL, 2022).

Em relação aos salários dos professores, o cálculo é feito por horas trabalhadas. Os números podem variar pela localidade, mas dados apontam para valores em torno de R\$ 7.000,00 por mês no setor privado (GLASSDOOR, 2023). Já os professores universitários federais possuem valores que variam de acordo com a carga horária e titulação (assim como no ensino privado), se eles se dedicam exclusivamente ao cargo e também o tipo de cargo que ocupam (Quadro 3).

Quadro 3 - categorias de professores universitários federais

Categoria	20h	40h	Descrição
Auxiliar	R\$ 2.236,32 a R\$ 3.698,32	R\$ 3.130,85 a R\$ 6.122,77	Classe inicial da hierarquia e exige apenas a graduação na área ou o título de especialista
Assistente	R\$ 2.477,29 a R\$ 4.096,81	R\$ 3.468,20 a R\$ 6.782,50	Auxilia o professor principal no desenvolvimento das aulas de graduação. Para essa classe, é necessário o título de mestre
Adjunto	R\$ 2.744,21 a R\$ 4.861,82	R\$ 3.841,90 a R\$ 8.049	Atua diretamente no ensino dos alunos, sendo responsável pelo desenvolvimento e resultados do processo educativo. O cargo exige o título de doutor
Associado	R\$ 3.858,58 a R\$ 6.836,10	R\$ 5.402 a R\$ 11.317,55	Precisa desenvolver uma linha de pesquisa e elaborar uma proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento. Ele participa também de atividades de pós-graduação. Exige doutorado
Titular	R\$ 4.774,42 a R\$ 7.519,71	R\$ 6.684,19 a R\$ 12.449,30	Responsável pelas atividades de ensino, por realizar pesquisas, participar da gestão acadêmica e conduzir produções acadêmicas relevantes e inéditas. Exige doutorado

Fonte: Indeed (2023)

Outro aspecto relevante para refletir é o ingresso no ramo e regime legal de trabalho. Os professores da rede privada são contratados livremente pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), enquanto os professores federais são contratados via concurso público, tendo a vantagem do regime estatutário, que garante grande estabilidade profissional e financeira (LONGO, 2020; BASTOS, 2022). Seguindo a lógica, já que os professores privados são regidos pela CLT, eles estão sujeitos ao RGPS do INSS, enquanto os professores federais estão sujeitos ao RPPS.

Em relação à previdência complementar, ambas as categorias de professores podem usufruir das condições complementares normalmente. Existe, porém, uma fundação específica

de previdência complementar para funcionários públicos federais: a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-Exe), gerenciada pela Previc, criada pelo Decreto nº 7.808/2012. Possui a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações (FUNPRESP, c2022). Para os professores federais,

A Funpresp oferece o plano ExecPrev de Previdência Complementar, que é de Contribuição Definida (CD). Desta forma, ao longo dos anos, o professor faz a sua poupança individual com contribuições definidas, de acordo com sua opção entre 8,5%, 8% e 7,5% sobre o salário de participação (diferença entre a remuneração bruta e o teto do INSS). No caso do Participante Ativo Normal, a universidade ou instituto federal contribui com valor igual para o participante do plano, na condição de patrocinador. O benefício que será recebido na aposentadoria dependerá da expectativa de vida do professor e do saldo da reserva previdenciária, composta pelas contribuições realizadas e pelo rendimento obtido com os investimentos feitos pela Fundação (FUNPRESP, 2019, p. 11-12).

De acordo com a cartilha da previdência complementar do professor (FUNPRESP, 2019), a Funpresp oferece entre os benefícios:

- Contrapartida do patrocinador;
- Cobertura em caso de morte e invalidez;
- Dedução mensal de contribuição do servidor no imposto de renda;
- Concessão de pensão diferenciada;
- Imposto de renda menor sobre os benefícios de aposentadoria (10% no Regime Regressivo);
- Acesso a empréstimos e a financiamentos com taxas menores do que as praticadas no mercado e, ainda, a portabilidade e resgate dos recursos em caso de extinção de vínculo com o serviço público;
- Gestão com participação nas decisões da Funpresp através da gestão compartilhada.

Ambas as categorias de professores (privados ou federais) são carreiras promissoras financeiramente em relação à realidade do país (MOTA, 2021). A classe de professores universitários se enquadra em alguns dos fatores que influenciam na adesão à previdência complementar, como renda e conhecimento, e no caso dos professores federais (foco deste trabalho), também o fator segurança e estabilidade.

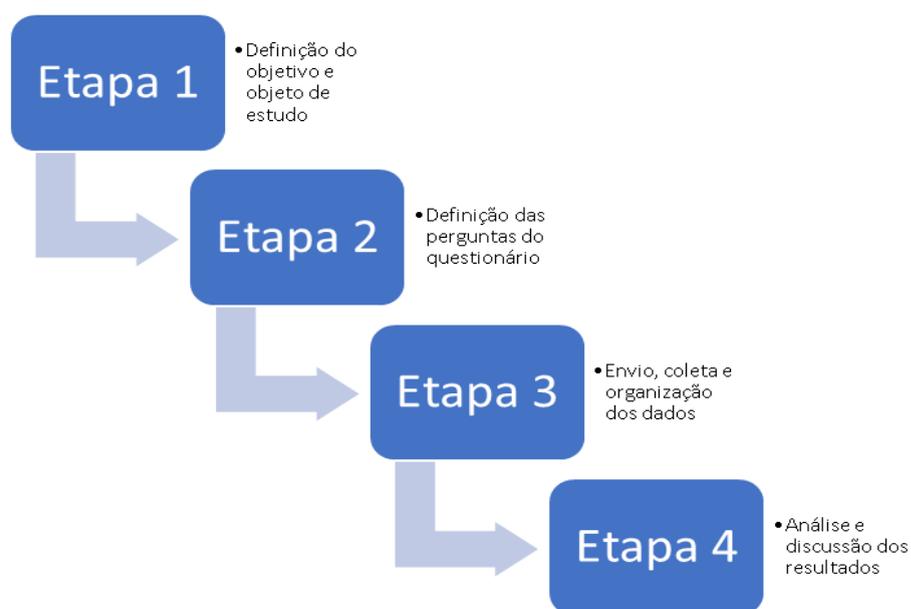
3 METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter descritivo e exploratório, conciliando as abordagens quantitativa e qualitativa. Creswell e Clark (2011) consideram a abordagem mista como conciliadora de possibilidades analíticas devido a sua interação com campos diferentes da ciência. A escolha desse método faz sentido já que utilizou-se de um questionário no método *survey* (FREITAS *et al.*, 2000) *on-line* anônimo para levantar as percepções dos docentes da UNIFAL-MG, analisadas quanti e qualitativamente.

O questionário fechado (Apêndice A) possui questões demográficas e questões diversas que levantam aspectos das percepções dos docentes quanto à previdência complementar. Foi enviado via e-mail para 583 docentes de todos os campus da universidade (Alfenas, Varginha e Poços de Caldas). O retorno de respostas foi de 116, que significa em torno de 20% de taxa de retorno. A aplicação levou 5 dias corridos, entre os dias 26 a 30 de junho de 2023.

Os dados foram organizados e tratados com o software on-line Google Sheets. A análise dos resultados foi feita considerando os números e porcentagens em uma estatística descritiva (REIS; REIS, 2002), fazendo relação com a teoria embasada, para investigar as percepções dos docentes da UNIFAL-MG quanto à Previdência Complementar. A Figura 1 apresenta o resumo de todas as etapas

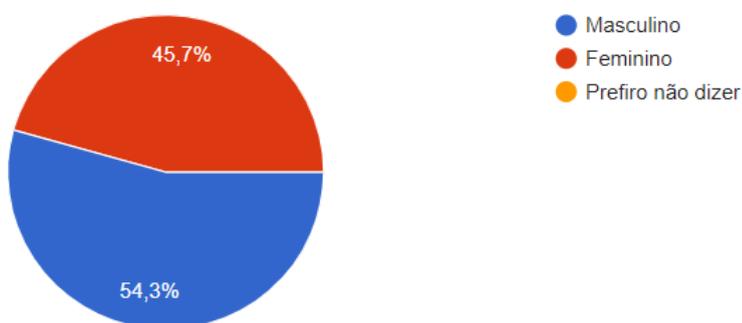
Figura 1 - resumo das etapas



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

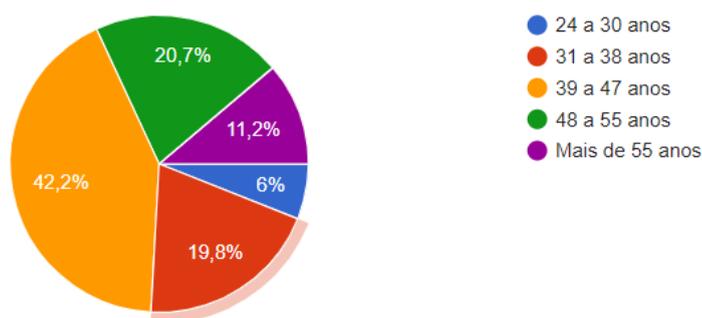
A seguir, apresenta-se os resultados referentes à aplicação do questionário. Os dados foram organizados em gráficos para melhor visualização, seguidos de descrições e análises, fazendo inferências relacionadas com a teoria estudada. Os gráficos 1 e 2 apresentam inicialmente as distribuições por gênero e faixa etária.

Gráfico 1 – Distribuição da amostra por gênero



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 2 – Distribuição da amostra de faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor.

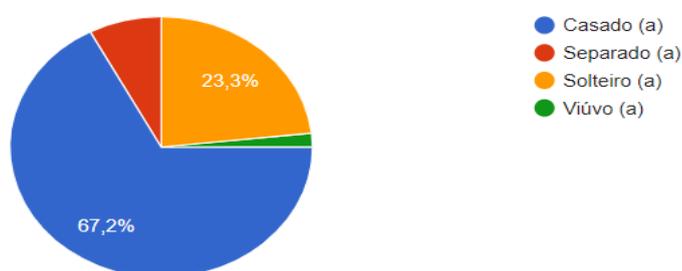
Pode se verificar nos gráficos 1 e 2 que a pesquisa foi respondida por 63 homens (54,3%) e 53 mulheres (45,7%), demonstrando o predomínio dos respondentes do sexo masculino. No Gráfico 2 é possível analisar que o público majoritário da pesquisa é entre 39 - 47 anos (42,2%), logo em seguida o grupo 48 - 55 anos (20,7%) e em sequência pelo grupo 31-38 anos (19,8%), logo depois o grupo mais de 55 anos (11,2%) e por fim o grupo 24 - 30 anos (6%). Esses números corroboram com o fato de que as universidades têm exigido cada

vez mais o título de doutor, uma titulação que demanda muitos anos de estudo (VENTUROLI; RIGHETTI; GAMBA, 2019). Os autores também apontam uma tendência ao envelhecimento geral do corpo docente universitário.

Costanzi *et al.* (2017) destacam que quase 40% das pessoas que possuem previdência privada são contribuintes entre 20 e 39 anos. Esse grupo não constitui a maioria dos respondentes da pesquisa.

O Gráfico 3 mostra a distribuição por estado civil.

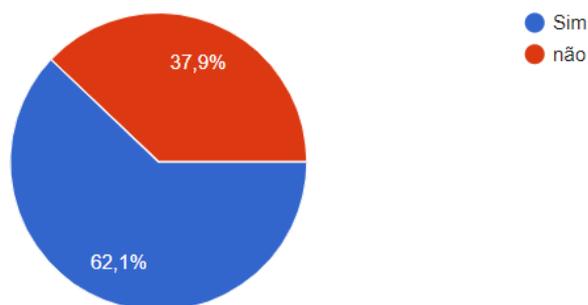
Gráfico 3 – Distribuição da amostra por estado civil



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 3, faz referência ao estado civil da amostragem, sendo composto por 78 pessoas casadas (67,2%), 27 pessoas solteiras (23,1%), 9 pessoas separadas (7,8%) e apenas duas pessoas viúvas (1,7%). Os dados apresentados mostram que de forma majoritária a pesquisa obteve uma amostra de pessoas que se encontram casadas, levando em consideração que esse grupo de indivíduos em sua maioria possuem gastos compartilhados, podendo ou não ter dependentes. A alta taxa de professores casados condiz com outras pesquisas que já constatarem informações semelhantes, pois essa categoria profissional costuma estar em uniões dessa natureza (LEMOS, 2005; BERTACI *et al.*, 2011; ALQUIMIM *et al.*, 2013). Complementando, entende-se que uma vida de casal é mais econômica e segura que uma vida individual. Características comuns de casais condizem com características de aderentes a PC, como planejamento, renda elevada e maior segurança (MARCONI, 1997; SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016; NETO, 2017).

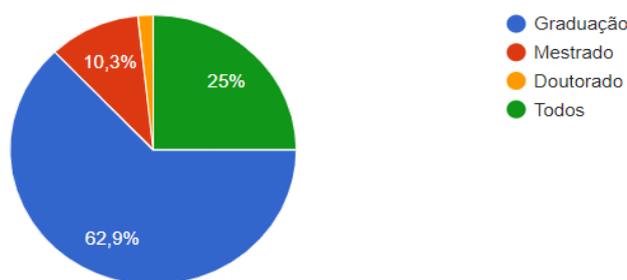
O Gráfico 4 mostra a distribuição de pessoas que possuem ou não dependentes.

Gráfico 4 – Distribuição da amostra se possui dependentes ou não

Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível analisar no gráfico 4 que 72 pessoas possuem filhos (62,1%) e 44 pessoas não possuem filhos (37,9%). Essas informações vão ao encontro do fato de que essa categoria profissional, conforme as análises anteriores, costuma ser um pouco mais velha e estar em uniões como o casamento. Quanto à possível relação com PC, se por um lado, dependentes geram mais gastos, o que poderia influenciar negativamente na adesão a PC, uma perspectiva de garantia de bom futuro financeiro para os dependentes poderia influenciar positivamente na adesão. Considerando que a renda mensal dessa categoria é alta em relação à realidade do país (INDEED, 2023), os gastos gerados por dependentes talvez não sejam suficientes para desestimular a adesão.

O Gráfico 5 mostra a distribuição dos níveis educacionais que os professores lecionam.

Gráfico 5 – Distribuição da amostra dos níveis educacionais que os docentes lecionam

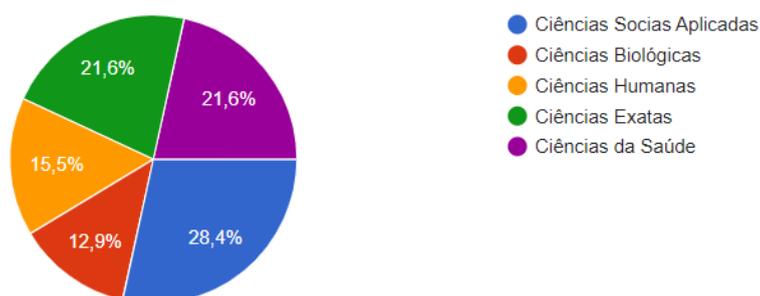
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 5, foi questionado aos docentes em quais áreas eles lecionam. A maioria deles, correspondendo a quase 63% do total pesquisado, ministra aulas apenas em cursos de graduação. Isso significa que, dos 116 professores, 73 atuam exclusivamente no nível de graduação. Dos restantes 43 professores, 29 deles, ou seja, 25%, lecionam em todas as áreas de ensino, abrangendo desde graduação até doutorado. Além disso, 12 pessoas lecionam

exclusivamente em cursos de mestrado, representando 10% do total pesquisado, enquanto somente 2 pessoas ministram aulas apenas em cursos de doutorado, o que equivale a quase 2% do total pesquisado. Essas informações mostram que majoritariamente os professores lecionam no ambiente da graduação, somando pelo menos 87,9%. Esse foco permite inferir, que o foco principal das universidades brasileiras (seguindo a lógica de países como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos) é formar profissionais para o mercado e para a vida (TEIXEIRA, 1964).

Considerando que educação e renda influenciam na adesão a PC (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014; SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016), tem-se que pelo menos 37% dos respondentes possuem ao menos o título de Mestre, e conseqüentemente, possuem rendas mais altas. Esses fatores podem influenciar positivamente na adesão.

Gráfico 6 – Distribuição da amostra das áreas educacionais que os docentes lecionam



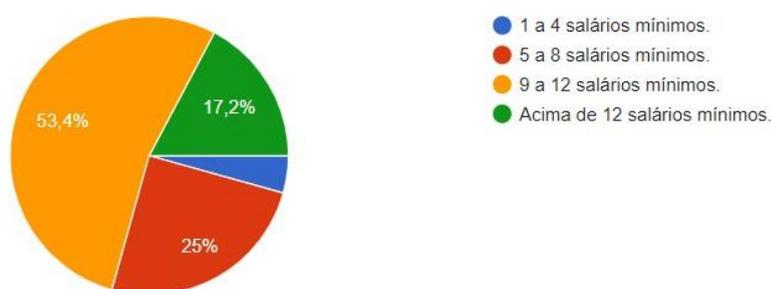
Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 6 ilustra o equilíbrio da pesquisa em relação às diferentes áreas presentes na universidade, ressaltando o cuidado em obter dados abrangentes de todas essas áreas, a fim de obter resultados mais confiáveis. Dentre as 116 respostas, 25 estão vinculadas à área de medicina, classificada como ciências da saúde. Outras 25 pessoas estão ligadas às áreas de ciências exatas, representando cada uma 21,6% do total da pesquisa. A área com a maior porcentagem é a de Ciências Sociais Aplicadas, correspondendo a 28,4% das pesquisas e englobando 33 pessoas no total. Por sua vez, as áreas de ciências humanas e biológicas representam 15% e 13%, respectivamente. Isso significa que, dos professores, 18 estão na área de ciências humanas e 15 na área de ciências biológicas, excluindo o curso de medicina. A Universidade Federal de Alfenas possui abrangência de áreas e cursos, possibilitando diferentes percepções e estilos de vida.

O fato da maior parte dos respondentes serem das Sociais Aplicadas pode ser analisada sob a ótica de ,esta a área possui maior relacionamento como o tema de PC (Economia, Contábeis, Atuárias), era esperado que demonstrassem mais interesse nesse tipo de tema. O interesse das Ciências Exatas também faz sentido, por se tratar de profissionais que lidam com números, projeções e cálculos (GUIA DA CARREIRA, 2022). Seguindo essa lógica, nas duas áreas menos interessadas a possível falta de interesse e entendimento sobre o tema pode ser um fator que desestimula a adesão (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014), e entende-se que o contrário também vale: espera-se que quanto mais conhecimento e interesse, maior seria a adesão.

O Gráfico 7 mostra a distribuição sobre a renda mensal dos professores.

Gráfico 7 – Distribuição da amostra sobre a renda mensal

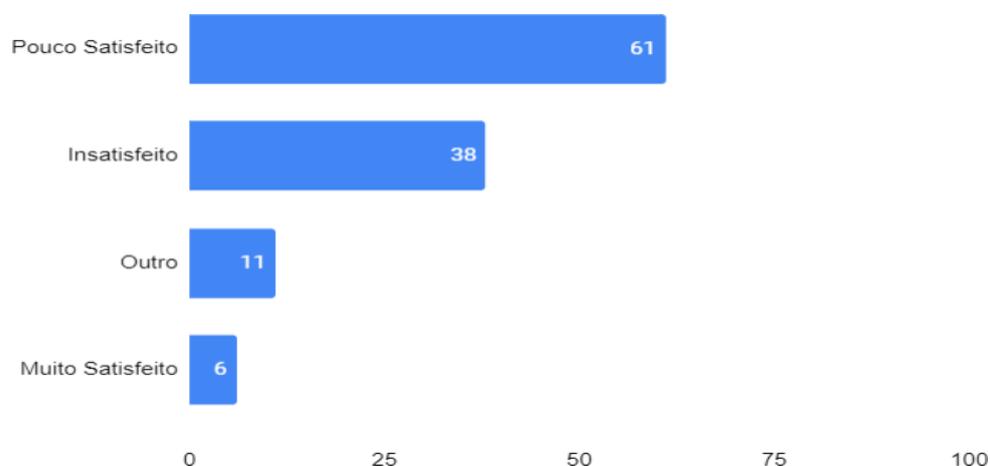


Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 7 foi analisada a renda mensal dos professores. Os resultados revelaram que 62 pessoas, o que corresponde a 53,4% do total, recebem uma renda mensal entre 9 e 12 salários mínimos. Dos respondentes, 25% possuem uma renda entre 5 e 8 salários mínimos, enquanto 17% ganham acima de 12 salários mínimos. Apenas 5 pessoas respondentes recebem uma renda entre 1 e 4 salários mínimos. Isso indica que, em média, os professores da Unifal recebem uma remuneração superior a 8 salários mínimos por mês, o que condiz com os valores gerais no país (INDEED, 2023). Esses dados demonstram a possibilidade de existir uma tendência dos docentes com maiores rendimentos a aderirem à previdência complementar, pois tais valores indicam que 95% dos respondentes estão pelo menos entre os 10% mais ricos do Brasil, e entre os 5% mais ricos de Minas Gerais (INFO DADOS, 2023).

O Gráfico 8 discute sobre a satisfação dos respondentes quanto ao Regime Geral de Previdência.

Gráfico 8 – “No que se refere ao Regime Geral de Previdência, você se encontra satisfeito com a mesma?”

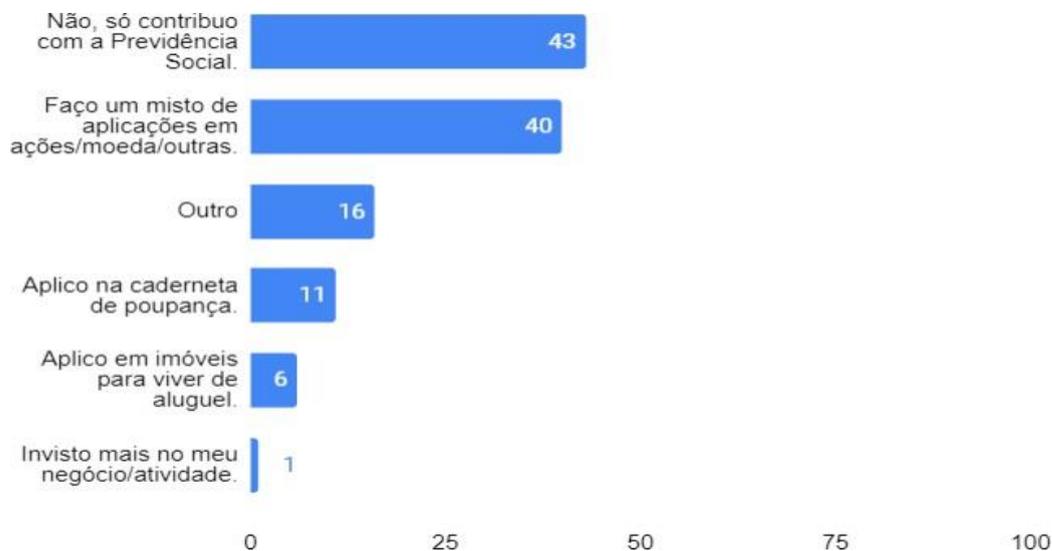


Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 8, a pesquisa teve como objetivo avaliar o grau de satisfação em relação à previdência complementar. Os resultados indicam que a grande maioria dos respondentes demonstraram estar pouco satisfeitos ou até mesmo insatisfeitos com essa modalidade de previdência. Aproximadamente 52,6% dos respondentes revelaram estar pouco satisfeitos, enquanto 32,8% afirmaram estar insatisfeitos. Esses dados evidenciam que apenas 7% dos respondentes se mostraram satisfeitos ou muito satisfeitos com a previdência complementar em questão. Tal insatisfação corrobora com o fato de que , o RGPS (assim como o RPPS) enfrentam problemas como como o envelhecimento da população, baixas no número de contribuintes ativos junto ao aumento da demanda por benefícios previdenciários (TAFNER, 2012; MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, 2021). O sistema também tem sofrido reformas que tem penalizado muitos brasileiros com o aumento no tempo mínimo de trabalho (BOLZANI, 2022).

O Gráfico 9 discute sobre os tipos de investimentos que os professores fazem.

Gráfico 9 – “Supondo que a Previdência Social seja um tipo de investimento para o futuro, você faz algum outro investimento pensando a longo prazo?”



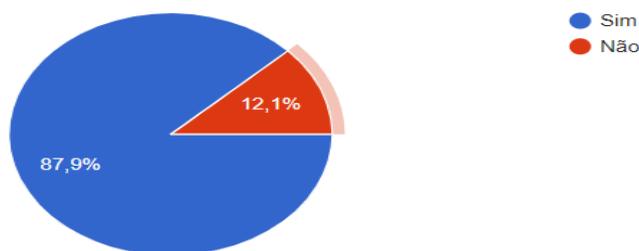
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 9, questionou-se se os respondentes realizam algum tipo de investimento para o futuro, além da previdência social. Os resultados revelaram que aproximadamente 35% dos respondentes realizam aplicações no mercado financeiro, englobando investimentos em ações, moedas e outros ativos. Além disso, 9% dos respondentes investem exclusivamente em poupança, enquanto 37% não realizam nenhum tipo de investimento para o futuro, confiando apenas na previdência social. Ainda, 5% dos pesquisados possuem imóveis como forma de investimento para o futuro, enquanto os restantes 13% possuem outros tipos de investimentos além dos mencionados anteriormente.

Mais da metade dos respondentes possuem outras fontes de investimento além de seu regime de previdência. A diversidade de fontes condiz com o nível de educação, renda e seguridade no emprego que se espera de professores universitários federais (MARCONI, 1997; PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014; SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016; INDEED, 2023; INFO DADOS, 2023).

O Gráfico 10 discute sobre o conhecimento quanto à Previdência Complementar.

Gráfico 10 – “Você conhece a Previdência Complementar?”

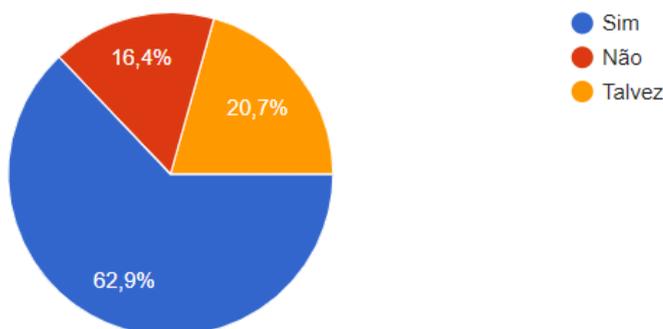


Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico acima apresenta a relação do conhecimento sobre a previdência complementar. Os resultados indicam que a maioria dos respondentes, correspondendo a 87,9% do total, conhece ou já ouviu falar sobre essa modalidade de previdência. Por outro lado, os restantes 12,1% dos respondentes afirmaram não conhecer essa modalidade. Dentre as pessoas que não conhecem a Previdência Complementar, 35% delas atuam nas áreas de Ciências Humanas e Biológicas. Considerando que se tratam de temas menos relacionados com PC, faz sentido tal desconhecimento (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014).

O Gráfico 11 discute sobre a possibilidade dos respondentes de fazerem uma Previdência Complementar.

Gráfico 11 – “Você faria uma Previdência Complementar?”



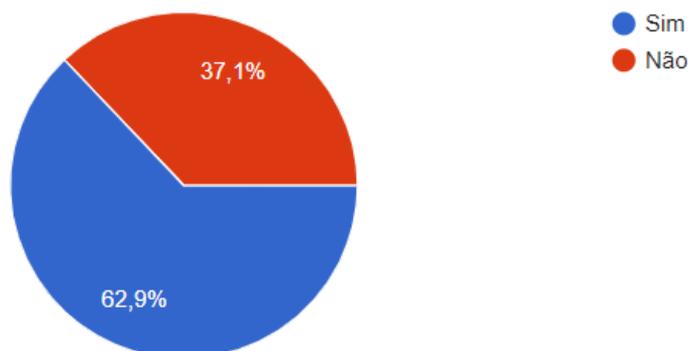
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 11, foi questionado aos respondentes se eles optariam por fazer a previdência complementar. Os resultados revelaram que a grande maioria dos respondentes é favorável a essa modalidade de previdência. Aproximadamente 62,9% dos respondentes afirmaram que fariam a previdência complementar, enquanto outros 20,7% consideraram a possibilidade de aderir a ela. Por outro lado, apenas 16,4% dos respondentes afirmaram que não fariam a previdência complementar. Da mesma forma aqui se faz valer a hipótese de que

a educação e renda influenciam positivamente a adesão de PC (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014; SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016).

O Gráfico 12 discute sobre uma passada ou atual contribuição dos respondentes a uma previdência complementar.

Gráfico 12 – “Você já contribui ou contribuiu com alguma Previdência Complementar?”



Fonte: Elaborado pelo autor.

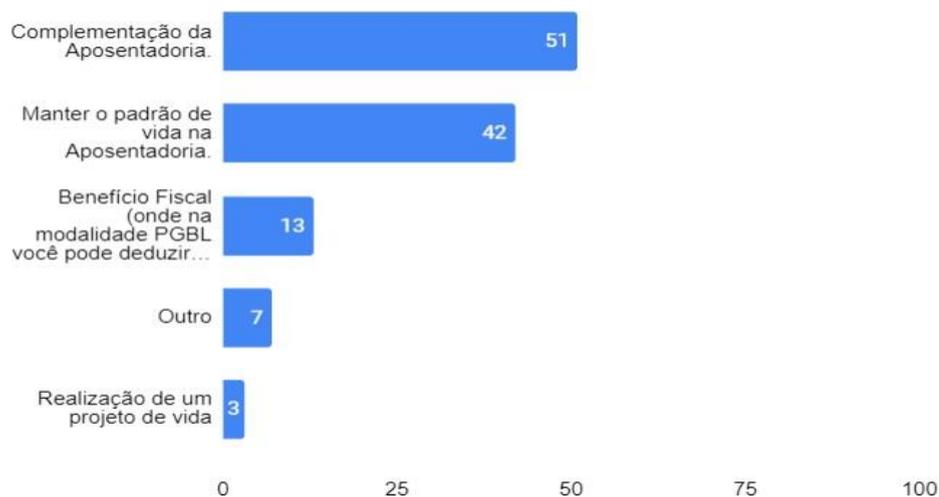
No gráfico 12, foi questionado se os respondentes já contribuíram ou contribuem para a previdência complementar. Os resultados revelaram que 62,9% dos respondentes, ou seja, 73 das 116 pessoas que responderam à pergunta, afirmaram que já contribuíram ou estão contribuindo para a previdência complementar e 37,1% nunca contribuíram para a previdência complementar. Essa análise complementa a análise anterior (sobre a alta taxa de professores que fariam uma PC) e confirma a hipótese de educação e renda.

A adesão geral é confirmada diante das hipóteses de educação e renda (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014; SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016).

Observando cada área separadamente, dentro das Ciências da Saúde, Exatas e Biológicas, existe uma grande parcela de não contribuintes, sendo 52%, 48% e 46%, respectivamente. Ainda que tenha sido constatado um interesse pelo tema por parte dos respondentes de Ciências Exatas, não existe na prática uma grande adesão. Por outro lado, 79% dos respondentes das Ciências Sociais Aplicadas já contribuíram ou contribuem para a previdência complementar. Tal resultado faz sentido, pois, sendo esta a área que trabalha com PC, era esperado que demonstrassem mais interesse nesse tipo de tema. Na contramão, constatou-se uma grande adesão à previdência complementar por respondentes das Ciências Humanas (78%). Se nas Ciências Exatas existe mais interesse sobre o tema e menos adesão na prática, nas Ciências Humanas existe menos interesse e mais adesão na prática.

O Gráfico 13 discute sobre fatores que chamam a atenção em uma Previdência Complementar.

Gráfico 13 – “O que te chamou ou chamaria atenção em uma Previdência complementar?”



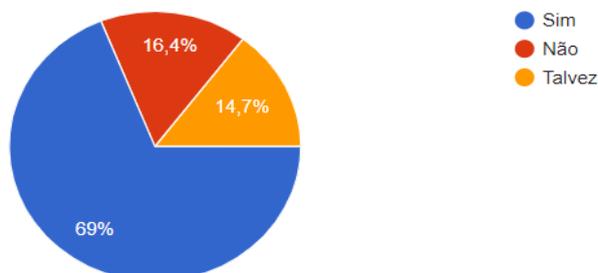
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 13, foi questionado sobre os aspectos que chamariam a atenção dos respondentes para adquirir uma previdência complementar. O resultado mais expressivo foi a busca por complementar a aposentadoria, com 44% dos respondentes optando pela previdência complementar como alternativa. Além disso, 36,2% buscam essa modalidade para manter seu padrão de vida após a aposentadoria. Outros 11,2% dos pesquisados contrataram a previdência complementar como uma opção de benefício fiscal. Um grupo de 3% dos respondentes busca a previdência complementar para a realização de projetos de vida específicos, como custear a faculdade dos filhos ou a aquisição de um ativo específico.

Tais resultados condizem com a hipótese de expectativas de vida (NETO, 2017). As possibilidades para o futuro são individuais e amplas e em todos os casos, passam por boas condições financeiras para a seguridade diante do futuro incerto.

O Gráfico 14 discute sobre a possibilidade de adesão à Previdência Complementar perante o momento de desengano quanto à Previdência Social.

Gráfico 14 – “O atual momento de desengano referente a Previdência Social no Brasil já te fez pensar sobre uma futura adesão à Previdência Complementar?”



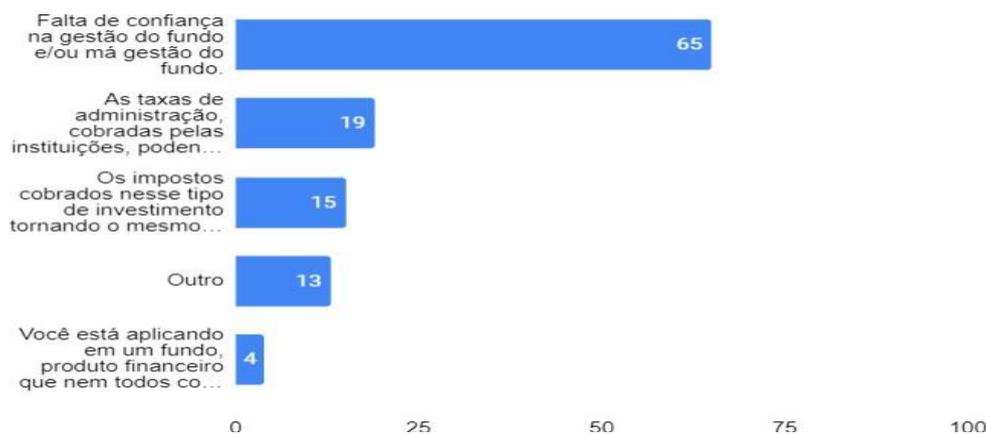
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 14, realizou-se uma pesquisa sobre a insegurança da previdência social e se, devido a essa insegurança, os respondentes consideraram aderir à previdência complementar para suprir essa necessidade. Os resultados revelaram que quase 69,9% dos respondentes veem a previdência complementar com bons olhos como uma solução para essa questão. Apenas 16,4% dos respondentes não consideram aderir à previdência complementar no futuro. Além disso, 14,7% dos respondentes estão indecisos e talvez considerem aderir à previdência complementar para suprir ou complementar a previdência social.

Essa percepção dos respondentes condiz com Bolzani (2022) quanto às angústias da população sobre a previdência compulsória e também com os números crescentes de adesão da população à PC (MONITOR DIGITAL, 2018).

O Gráfico 15 discute sobre razões que desestimulariam o interesse por uma PC.

Gráfico 15 – “Quais motivos afetariam de forma negativa seu interesse por uma Previdência Complementar?”



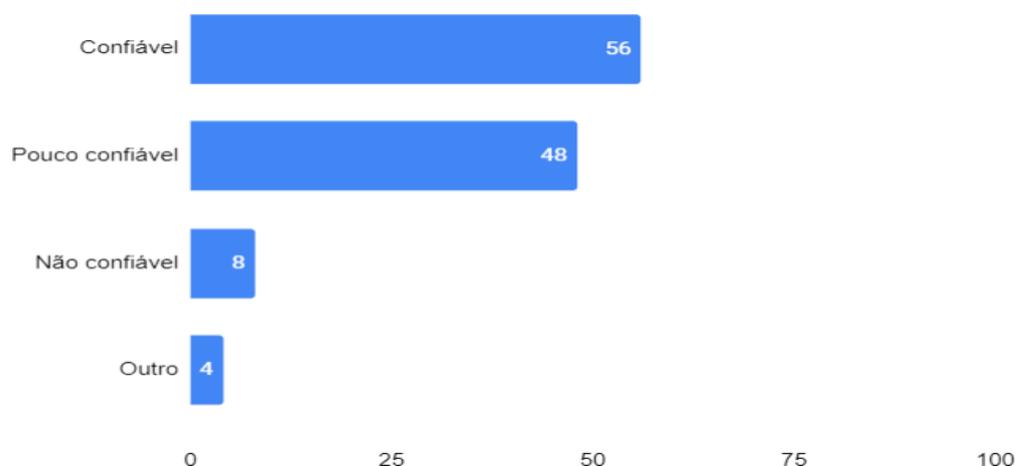
Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 15, levantou-se a questão sobre os fatores que afetariam negativamente o interesse pela previdência complementar. Os resultados mostraram que a falta de confiança na gestão do fundo foi apontada como o principal motivo de desconfiança na previdência complementar, com 56% dos respondentes selecionando essa opção. Além disso, os respondentes mencionaram as taxas de administração cobradas pelas instituições e os impostos incidentes como fatores que os afastam do interesse em adquirir esse tipo de investimento para o futuro. Os números revelam que 16,4% das pessoas respondentes estão insatisfeitas com as taxas de administração, enquanto 12,9% destacaram os impostos cobrados sobre a previdência social como um fator negativo.

Em geral, os fatores levantados condizem com a hipótese de conhecimento e renda como influentes na adesão a PC (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014; SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016). Existem diversos riscos envolvidos (GUIOTTI; COSTA; BOTELHO, 2020) em organizações que vendem produtos de PC. Além disso, existem históricos de má gestão e fraudes que podem aumentar a desconfiança das pessoas (GUIOTTI; COSTA; BOTELHO, 2020).

O Gráfico 16 discute sobre a confiabilidade de uma Previdência Complementar.

Gráfico 16 – “Diante das suas perspectivas, você consideraria a Previdência Complementar um investimento:”

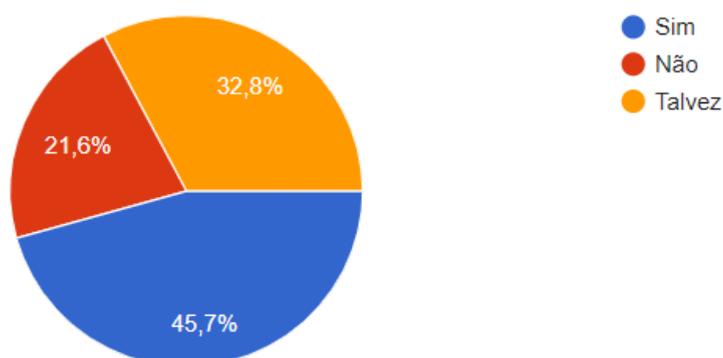


Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando se trata da confiança na previdência complementar como investimento, o Gráfico 16 revelou que quase 50% dos respondentes possuem confiança nesse tipo de investimento, enquanto 41,4% consideram-no pouco confiável. Em relação àqueles que não confiam nesse tipo de investimento, cerca de 7% das pessoas respondentes têm uma visão desfavorável em relação à previdência complementar. Ao analisar por área de atuação, as opiniões permanecem divididas entre confiança e desconfiança. Esse resultado pode ser influenciado por diversos fatores, como o nível de conhecimento sobre o tema e renda (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014; SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016). Além disso, supõe-se que a desconfiança geral, causada pelos fatores mencionados por Guiotti, Costa e Botelho (2020), também influencia nesse resultado.

Por fim, o Gráfico 17 discute sobre a possibilidade de recomendação da PC para outras pessoas.

Gráfico 17 – “Você recomendaria a Previdência Complementar a alguém?”



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para concluir a pesquisa, foi questionado aos respondentes se eles recomendariam a previdência complementar para outras pessoas. Os resultados mostraram que 45,7% (53 das 116 pessoas) responderam afirmativamente, indicando que recomendariam a previdência complementar. Por outro lado, 21,6% (25 das 116 pessoas) não indicariam a previdência complementar para ninguém. Além disso, 38 das 116 pessoas (cerca de 32,8%) responderam que talvez indicariam alguém para esse tipo de investimento.

60% dos respondentes das Sociais Aplicadas recomendariam a PC para outras pessoas. Tal resultado confirma a hipótese do conhecimento como influente na adesão de PC (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014), pois espera-se que professores das Sociais Aplicadas sejam os que mais entendem do assunto. Por outro lado, 48% dos respondentes das Exatas não recomendam, ainda que esse público tenha sido expressivo quanto ao número de respondentes interessados na pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de investigar as percepções dos docentes da UNIFAL-MG quanto à Previdência Complementar. Utilizando de um método descritivo e explicativo, aplicando um questionário, foi possível identificar as percepções de 116 professores da instituição.

O resultado da pesquisa trouxe alguns aspectos da amostra e sua relação com os sistemas de previdência: inicialmente, o perfil levantado dos professores quanto à faixa etária e estado civil se alinha aos resultados de outros estudos, contribuindo para esse arcabouço (LE MOS, 2005; BERTACI *et al.*, 2011; ALQUIMIM *et al.*, 2013; VENTUROLI; RIGHETTI; GAMBA, 2019). Os professores que mais contribuíram com a pesquisa foram os das Ciências Sociais Aplicadas.

A maioria dos respondentes conhecem a Previdência Complementar (87,9%), investem nela (62,9%) e também possuem outras fontes de investimento além de seu regime de previdência. Essas características condizem com o nível de educação, renda e seguridade no emprego que se espera de professores universitários federais (MARCONI, 1997; PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014; SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016; INDEED, 2023; INFO DADOS, 2023). Os principais motivos da adesão à PC são a segurança no período difícil da 3ª idade e também a continuidade do padrão de vida que possuem hoje, o que faz sentido diante dos salários elevados dessa categoria profissional, diante da realidade brasileira (INDEED, 2023; INFO DADOS, 2023).

Observou-se também que o momento complexo da previdência compulsória no Brasil (BOLZANI, 2022) aumentou o interesse das pessoas sobre a PC, que fica evidente com os números crescentes de adesão da população à PC (MONITOR DIGITAL, 2018). Apesar disso, existe também uma preocupação com a confiança na gestão dos fundos que gerem as PCs. Essa preocupação pode ser explicada pelos diversos riscos presentes, além dos históricos de má gestão e fraudes nesse mercado (GUIOTTI; COSTA; BOTELHO, 2020).

Por fim, observou-se que 78,5% dos respondentes ao menos cogitaram recomendar a PC a outras pessoas, e a maioria dos respondentes das Sociais Aplicadas a recomendariam. Esse número faz sentido dentro da hipótese de conhecimento (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014) e também pelo próprio resultado da pesquisa, que mostrou que a maioria adere à PC.

Em geral, percebe-se que as percepções dos professores da UNIFAL-MG são favoráveis à Previdência Complementar. Os resultados fazem sentido com a teoria estudada, principalmente quanto ao perfil dos respondentes e quanto às influências positivas para a adesão a PC de nível de conhecimento e de renda (PINHEIRO, 2008; MAGALHÃES *et al.*, 2014; SILVA, 2015; DIETRICH; BRAIDO, 2016).

Este trabalho ajuda a entender os tipos de pessoas que se interessam pela previdência complementar, além de compreender um pouco mais sobre essa categoria profissional essencial para o país, que influencia a sociedade como um todo. Por outro lado, considerando as limitações, o estudo não adotou análises estatísticas mais elaboradas, com auxílio de softwares, além da falta de uma aplicação de perfil de investidor com os respondentes (PAIVA *et al.*, 2020), que ajudaria na compreensão de algumas percepções, desconfianças e talvez desvendar a ambiguidade do interesse na pesquisa e a adesão de fato a PC. Por isso, recomenda-se outros estudos que considerem análises estatísticas robustas e o incremento de um perfil de investidor aos participantes.

REFERÊNCIAS

ALQUIMIM, A. F.; SILVEIRA, B. J.; OLIVEIRA, P. H. G.; RODRIGUES, R. K.; MAIA, V. Q. O.; OLIVEIRA, L. S.; ESCOBAR, E. G. F. V. Avaliação do estilo de vida de professores universitários de instituições privadas de Montes Claros, MG. **EFDeportes. com**, v. 17, n. 178, 2013.

BARROS, B. C. DE; MARINEI, C.; REALI, A. M. M. R. Percepções sobre a Docência na Pandemia: Trocas entre Professoras Iniciantes e Experientes no Programa Híbrido de Mentoria. **EaD em Foco**, v. 10, n. 3, e1278, 2020.

BASTOS, A. Regime estatutário dos servidores públicos: como funciona?. **Agnaldo Bastos**, p. 1, 16 ago. 2022. Disponível em: <<https://concursos.adv.br/regime-estatutario/>>

BERTACI, A.; SANTOS, B.; COELHO, A.; SUDA, E. Síndrome de burnout e nível geral de saúde em professores universitários. **Neurobiology**, v. 74, n. 1, p. 189-196, 2011.

BLUME, C. PGBL ou VGBL: Diferenças E Qual É A Melhor Opção?. **Brasilprev.**, 7 fev. 2022. Disponível em: <https://blog.brasilprev.com.br/qual-a-diferenca-entre-pgbl-e-vgbl/> Acesso em: 02 de Junho de 2023.

BLUME, B. A.; CEOLIN, M. O que é Previdência Social?. **Politize!**, p. 1, 26 nov. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/previdencia-social-o-que-e/> Acesso em: 10 de junho de 2023.

BOGONI, N. M; FERNANDES, F. C. Gestão de risco nas atividades de investimento dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. **REAd. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 17, p. 117-148, 2011.

BOLZANI, I. Reforma da Previdência completa 3 anos com alívio nas contas públicas – mas dificuldades para segurados. **G1**, p. 1, 12 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/12/reforma-da-previdencia-completa-3-anos-c-om-alivio-nas-contas-publicas-mas-dificuldades-para-segurados.ghtml/> Acesso em: 07 de junho de 2023.

BORJA, C. de. **Previdência complementar**: um estudo comparativo entre uma entidade fechada e uma entidade aberta. 2009. 72 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126831/Contabeis291257.pdf?sequence=1>>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2021**: Divulgação dos resultados. Brasília, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf>

BRASILPREV. PGBL ou VGBL: Diferenças E Qual É A Melhor Opção?. **Brasilprev**, p. 1, 7 fev. 2022. Disponível em: <<https://blog.brasilprev.com.br/qual-a-diferenca-entre-pgbl-e-vgbl/>>

CARDOSO, A. P. Equivocada equiparação entre entidades fechadas e instituições financeiras. **Consultor Jurídico**, p. 1, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.funpresjud.com.br/tag/comparacao-entre-eapc-e-efpc/> Acesso em: 10 de junho de 2023.

CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. **Manual de direito previdenciário**. 7. Ed. LTr, 2006. 823 p.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2011. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf>

CHASSOT, K. **O funcionamento da previdência complementar no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração - Gestão Pública), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2019.

COSTANZI, R. N.; SIDONE, O. J. C.; ARAÚJO, C. E. A. de; BARBOSA, E. C. R.; FERNANDES, A. Z.; SANTOS, C. F. dos. **Perfil dos Contribuintes para Previdência Privada**. IPEA, 2017. 23 f. Disponível em:
<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8571/1/NT_43_Disoc_Perfil.pdf>

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Designing and conducting mixed methods research**. Sage publications, 2017.

DIETRICH, J.; BRAIDO, G. M. Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: um estudo com alunos dos cursos de especialização de uma instituição de ensino superior. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 2, 2016. Disponível em:
<<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrrj/article/download/2781/2295>>

FEBRABAN. Previdência Social e Previdência Privada Complementar. **Meu Bolso em Dia**, p. 1, 27 ago. 2015. Disponível em:
<<https://meubolsoemdia.com.br/Materias/previdencia-social-e-previdencia-privada/>> Acesso em: 10 de junho de 2023.

FENAPREVI. Ministério da Previdência Social divulgou o Relatório Gerencial de Previdência Complementar (RGPC) referente ao 1º Trimestre de 2023. **FenaPrevi**, [S. l.], p. 1, 2 jun. 2023. Disponível em:
<<https://fenaprevi.org.br/noticias/ministerio-da-previdencia-social-divulgou-o-relatorio-gerencial-de-previdencia-complementar-rgpc-referente-ao-1-trimestre-de-2023.html>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 35, n. 3, 2000.

FUNPRESP. **Previdência complementar do professor**. FUNPRESP, 2019. 42 f. Disponível em: <<https://www.funpresp.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Cartilha-do-Professor.pdf>>

FUNPRESP. Quem somos. **Funpresp**, p. 1, 2022. Disponível em:
<<https://www.funpresp.com.br/transparencia/a-funpresp/quem-somos/>>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, 2002. 176 p.

GLASSDOOR. Salários do cargo de Professor Universitário – Brasil. **Glassdoor**, p. 1, 11 maio 2023. Disponível em:
<https://www.glassdoor.com.br/Sal%C3%A1rios/brasil-professor-universit%C3%A1rio-sal%C3%A1rio-SRCH_IL.0.6_IN36_KO7.30.htm>

GONÇALVES, J. A. Desenvolvimento profissional e carreira docente—Fases da carreira, currículo e supervisão. **Sísifo**, n. 8, p. 23-36/EN 21-32, 2016. Disponível em:
<<http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/download/131/220>>

GUIA DA CARREIRA. Ciências Exatas: definição e carreiras relacionadas. **Guia da Carreira**, p. 1, 11 maio 2022. Disponível em:
<<https://www.guiadacarreira.com.br/blog/ciencias-exatas>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

GUIOTTI, I. X. P.; COSTA, A. de J. B.; BOTELHO, D. R. Gestão de Riscos em Entidades Fechadas de Previdência Complementar no Brasil: Legislações, Teorias e Práticas de Mercado. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 26, n. 1, e9107, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/e9107/pdf>>

INDEED. Quanto ganha um professor de universidade federal. **Indeed**, p. 1, 4 mar. 2023. Disponível em:

<<https://br.indeed.com/conselho-de-carreira/pagamento-salario/quanto-ganha-professor-universidade-federal>>

INFO DADOS. Calculadora de Renda no Brasil - Veja sua posição na lista. **Info Dados**, p. 1, 23 jun. 2023. Disponível em:

<<https://www.infodados.com/2022/06/calculadora-de-renda-brasil.html>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E. Reforma da previdência e regime complementar. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, p. 615-635, 2017.

LEMOS, C. J. **Cargas Psíquicas No Trabalho e Processos de Saúde em Professores Universitários**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. 147 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2005.

LONGO, R. Professores e Empregados das Instituições de Ensino Superior – Os direitos da categoria. **Seu Direito**, p. 1, 6 mar. 2020. Disponível em:

<<https://longoadv.com/professores-e-empregados-das-instituicoes-de-ensino-superior-os-direitos-da-categoria/>>

MAGALHÃES, J. C. P.; MARTINS, C. M. F.; NETA, M. do C. S.; PICORELLI, R. A. Planos de Previdência Complementar fechados: um estudo sobre o real benefício deste investimento na vida do trabalhador moderno. **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Anais... Rio de Janeiro**, 2014.

MARCONI, N. Uma breve comparação entre os mercados de trabalho do setor público e privado. **Revista do Serviço Público**, v. 48, n. 1, p. 126-146, 1997. Disponível em:

<<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/380/386>>

MARTINS, S. P. **Direito da seguridade social**: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social e saúde. 23. Ed. Atlas, 2006. 515p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. RGPS e RPPS: O que é a Previdência Pública?. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Programa bem-estar financeiro**. 2021. cap. 7, p. 1-26. Disponível em:

<<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/pbefrgps.pdf>>

MONITOR DIGITAL. Incerteza com futuro aumenta procura por previdência privada. **DMF Seguros**, p. 1, 5 mar. 2018. Disponível em:

<<https://www.dmfseguros.com.br/incerteza-com-futuro-aumenta-procura-por-previdencia-privada/>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

MORIC, L. O que acontece se o meu fundo de previdência quebrar?. **Dinheirama**, p. 1, 6 fev. 2023. Disponível em: <https://dinheirama.com/previdencia-privada-quebrar/>

MOTA, C. V. Calculadora de renda: 90% dos brasileiros ganham menos de R\$ 3.500; confira sua posição na lista. **Economia uol**, p. 1, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/12/13/calculadora-de-renda-90-brasileiros-ganham-menos-de-r-35-mil-confira-sua-posicao-lista.htm>

NETO, O. A. de A. **Previdência complementar**: uma análise sobre os fatores que podem influenciar a adesão dos docentes do departamento de finanças e contabilidade da Universidade Federal da Paraíba. 2017. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Atuariais) - Universidade Federal da Paraíba, 2017.

NOGUEIRA, R. Elaboração e análise de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real. **Relatórios Coppead**, 2002. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/9225/1/RC_350-Comp..pdf

OLIVEIRA, J. L. M. T. de. Fatores determinantes para a decisão de servidores públicos na adesão à previdência complementar. 2016. 75 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas - Escola brasileira de administração pública e de empresas - EBAPE, 2016. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17049/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mosquera%20\(Vers%C3%A3o%20Secretaria\).pdf?sequence=1](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17049/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mosquera%20(Vers%C3%A3o%20Secretaria).pdf?sequence=1)

ONZE. Previdência social ou privada: qual vale mais a pena para garantir seu futuro?. **Onze**, [S. l.], p. 1, 2020. Disponível em: <https://www.onze.com.br/blog/previdencia-social-ou-privada/#:~:text=A%20previd%C3%Aancia%20p%C3%BAblica%20n%C3%A3o%20permite,quiser%20ap%C3%B3s%20cumprir%20a%20car%C3%Aancia>

PAIVA, R. T.; SILVA, H. A.; DE SOUZA, J. C. M.; NOVÔA, N. F.; DE ARAÚJO PEREIRA, C. M. M. O perfil do investidor individual no mercado financeiro. **Revista Vianna Sapiens**, v. 11, n. 2, p. 30-30, 2020. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/download/694/363>

PINHEIRO, R. P. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. **Peixoto Neto**, 2008.

REIS, E. A.; REIS, I. A. Análise descritiva de dados. **Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG**, v. 1, 2002. Disponível em: <https://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>

REIS, T. Tributação da previdência privada: entenda como funciona. **Suno**, p. 1, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/tributacao-previdencia-privada/>

SANTANA, A. G. de M.; SANTOS, D. de J. S.; SOUSA, N. M.; LEME, F. A. A. História da previdência no Brasil até a reforma previdenciária e as imposições de dificuldades para a aposentadoria por idade para as mulheres. **Intr@ciência**, ed. 23, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20220511101553.pdf>/ Acesso em: 02 de Junho de 2023.

SANTOS, G. Previdência Privada Cresce 33,1%; Conheça as Modalidades. **Infomoney**, 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/previdencia-privada-cresce-331-conheca-as-modalidades/> Acesso em: 11 de Maio de 2023.

SARMENTO, H. B. de M.; CORTIZO, M. D. C. Entrevista com Ana Maria Baima Cartaxo: Previdência Social, história e contradições. **Revista Katálysis**, v. 18, p. 267-274, 2015.

SILVA, D. da. C. **PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA A APOSENTADORIA: UM ESTUDO COM OS DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – CAMPUS VARGINHA-MG**. 2023. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Atuariais) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas, [S. l.], 2023.

SILVA, H. A. da. **O papel da previdência complementar no planejamento financeiro: compreensão dos estudantes do curso de administração da UFSC**. 2015. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

TAFNER, P. Desafios e reformas da previdência social brasileira. **Revista USP**, n. 93, p. 137-156, 2012. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/45008/48621/53716#:~:text=Um%20dos%20grandes%20obst%C3%A1culos%20de,vivemos%2C%20de%20importantes%20mudan%C3%A7as%20demogr%C3%A1ficas>>

TEIXEIRA, A. Funções da universidade. Boletim Informativo CAPES. Rio de Janeiro, n.135, Fev. 1964. p.1-2. Disponível em:

<<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/fran/artigos/funcoes.html#:~:text=As%20universidades%2C%20de%20modo%20geral,base%20intelectual%2C%20cient%C3%ADfica%20e%20t%C3%A9cnica.>>

TUMELERO, N. Professora e professor universitário: entenda os requisitos e a profissão. **Mettzer**, p. 1, 18 out. 2018. Disponível em:

<<https://blog.mettzer.com/professor-universitario/>>

UNYLEYA. Carreira docente: entenda o que você deve esperar dela!. **Unyleya**, p. 1, 2021. Disponível em: <<https://blog.unyleya.edu.br/inicie-sua-carreira/carreira-docente/>>

VENTUROLI, T.; RIGHETTI, S.; GAMBA, E. Cresce número de professores de ensino superior com mais de 50 anos. **Folha de São Paulo**, p. 1, 7 out. 2019. Disponível em:

<<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/cresce-numero-de-professores-de-ensino-superior-com-mais-de-50-anos.shtml>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

APÊNDICE A

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ENVIDAMENTO: UM ESTUDO COM ALUNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS.

Você está convidado(a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa sobre planejamento financeiro pessoal. Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- a) Você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionam constrangimento de qualquer natureza;
- b) Você pode deixar de participar da pesquisa e não precisa apresentar justificativas para isso;
- c) Sua identidade será mantida em sigilo;
- d) Caso você queira, poderá ser informado(a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

Acadêmico: Amanda Barbosa Cabral, Curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia

1 - Gênero

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não dizer

2 - Faixa etária

- 24 a 30 anos
- 31 a 38 anos
- 39 a 47 anos
- 48 a 55 anos Mais de 55 anos

3 - Qual o seu estado civil?

- Casado (a)
- Separado (a)
- Solteiro (a)
- Viúvo (a)

4 - Você tem filhos?

- Sim
- não

5 - Em quais níveis de educação você leciona? *

- Graduação
- Mestrado
- Doutorado

- Todos

6 - Em qual área educacional você leciona? *

- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Biológicas
- Ciências Humanas
- Ciências Exatas
- Ciências da Saúde

7 - Renda pessoal mensal

- 1 a 4 salários mínimos.
- 5 a 8 salários mínimos.
- 9 a 12 salários mínimos.
- Acima de 12 salários mínimos.

8 - No que se refere a Regime Geral de Previdência, você se encontra satisfeito com a mesma?

- Insatisfeito
- Pouco Satisfeito
- Muito Satisfeito
- Outro:

9 - Supondo que a Previdência Social seja um tipo de investimento para o futuro, você faz algum outro investimento pensando a longo prazo?

- Invisto mais no meu negócio/atividade.
- Aplico em imóveis para viver de aluguel.
- Aplico na caderneta de poupança.
- Faço um misto de aplicações em ações/moeda/outras.
- Não, só contribuo com a Previdência Social.
- Outro:

10 – Você conhece a Previdência Complementar?

- Sim
- Não

- Talvez

11 - Você faria uma Previdência Complementar? *

- Sim
- Não
- Talvez

12 - Você já contribui ou contribuiu com alguma Previdência Complementar? *

- Sim
- Não

13 - O que te chamou ou chamaria atenção em uma Previdência complementar?

Complementação da Aposentadoria.

- Manter o padrão de vida na Aposentadoria.
- Realização de um projeto de vida (Faculdade dos filhos, comprar imóveis, estabilidade etc.
- Sucessão Patrimonial (O dinheiro investido na previdência privada não entra no inventário. A reserva criada pode ser transferida para quem você designar sem a burocracia do inventário. Assim você garante que sua família não vai ficar sem dinheiro caso você venha a faltar.
- Benefício Fiscal (onde na modalidade PGBL você pode deduzir em até 12% da sua renda bruta anual os valores investidos na previdência privada. Com isso, você posterga o pagamento do imposto e pode aproveitar este valor postergado para reinvestir em um plano VGBL, que tem a vantagem da incidência do IR somente sobre os rendimentos do Investimento).
- Outro:

14 - O atual momento de desengano referente a Previdência Social no Brasil já te fez pensar sobre uma futura adesão à Previdência Complementar?

- Sim
- Não
- Talvez

15 - Quais motivos afetariam de forma negativa seu interesse por uma Previdência Complementar?

- Você está aplicando em um fundo, produto financeiro que nem todos conhecem.
- Os impostos cobrados nesse tipo de investimento tornam o mesmo pouco vantajoso em curto prazo.
- As taxas de administração, cobradas pelas instituições, podem afetar a rentabilidade.
- Falta de confiança na gestão do fundo e/ou má gestão do fundo.
- Outro:

16 - Diante das suas perspectivas, você consideraria a Previdência Complementar um investimento:

- Não confiável
- Pouco confiável
- Confiável
- Outro:

17 - Você recomendaria a Previdência Complementar a alguém?

- Sim
- Não
- Talvez